

OS CAMPONESES E AS PRÁTICAS DE COOPERAÇÃO NO CAMPO BRASILEIRO NA ATUALIDADE

Valeria de Marcos

Universidade de São Paulo (USP), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH),
Departamento de Geografia

e-mail: demarcos.vale@usp.br

RESUMO:

O avanço do capitalismo no campo brasileiro na atualidade tem sido marcado pela oposição entre dois modelos distintos de agricultura: de um lado aquele do agronegócio, caracterizado pela concentração de terras, pela produção de commodities em larga escala, destinadas ao mercado externo, com baixo uso de força de trabalho assalariada; de outro, aquele da agricultura camponesa, caracterizado pela produção de alimentos da cesta básica em pequenas unidades familiares de produção, pela diversificação da produção e pelo uso majoritário da força de trabalho familiar no processo produtivo. A compreensão desta oposição, entendida enquanto dimensão da questão agrária brasileira na atualidade, nos permite evidenciar a existência de conflitos e contradições decorrentes do desenvolvimento do capitalismo, bem como de uma luta de classes cada vez mais clara no campo brasileiro. Assim, o mesmo momento histórico que gera uma forma de capitalismo aparentemente hegemônica gera, contraditoriamente, os germes de sua superação, por meio de grupos sociais diversos que buscam caminhos alternativos de organização do trabalho e da produção capazes de possibilitar uma vida em bases mais equânimes. É esta perspectiva que tem orientado a luta dos camponeses organizados em movimentos sociais em diferentes partes do país. Dessas lutas de resistência à expansão do capitalismo e de afirmação do seu direito de existência emergem práticas de organização da produção onde os princípios de solidariedade e ajuda mútua constituem-se em pilares centrais, como é o caso das diferentes práticas de uso comum da terra propiciadas pelo uso comunitário da fração de território em que estão inseridos. Por outro lado, algumas experiências onde o grau de socialização do trabalho é maior, como o que ocorre com as Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPA), em especial aquelas organizadas pelo Movimento Sem Terra (MST) a partir das experiências das cooperativas de produção de países socialistas, a possibilidade de existência da lógica camponesa de organização da vida e da produção fica comprometida. Assim, o objetivo do presente trabalho é, a partir da análise de alguns exemplos dessas diferentes práticas, trazer para discussão os avanços, limites e desafios postos ao campesinato na busca de sua existência e afirmação enquanto classe no seio do capitalismo.

Palavras chaves: cooperação, campesinato, capitalismo, campo brasileiro

INTRODUÇÃO

Vivemos na atualidade sob a lógica de um discurso que tem por objetivo construir a compreensão de que o capitalismo impera em todo canto e lugar e de que todos estão plenamente integrados a ele. No campo, busca-se passar a ideia de que há apenas uma única forma de produzir e que o que diferencia o grande e o pequeno “agricultor” é apenas o tamanho de sua propriedade. De acordo

com essa visão, todos, pequenos e grandes, estão inseridos no mercado da mesma forma e produzem com o mesmo grau de mecanização e tecnificação.

Essa compreensão, porém, não corresponde à realidade. Se é verdade que o capitalismo é na atualidade o modo de produção hegemônico e que todos estão a ele integrados através do mercado, não é verdade que todos, pequenos e grandes “agricultores” são, no fundo, “a mesma coisa”. Tratam-se de dois modelos distintos de organização da produção que refletem, no fundo, diferentes visões de mundo, projeto de futuro e preocupação com o país: um o do agronegócio e o outro o da agricultura camponesa. O que se busca esconder é, de um lado, a existência de uma questão agrária cada vez mais atual, marcada pela existência de conflitos e contradições decorrentes do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e, de outro, a existência de uma luta de classes cada vez mais clara no campo brasileiro. A presença ainda hoje de conflitos por terra, a contraposição entre modelos distintos de mercado – aquele externo do agronegócio e aquele local e das redes de economia solidária da agricultura camponesa -, a contraposição entre práticas produtivas – aquela baseada na monocultura altamente dependente de insumos químicos do agronegócio e aquela baseada na diversificação da produção, de base agroecológica da agricultura camponesa -, entre tantas outras, são marcas da existência e persistência dessa questão agrária na atualidade.

Assim, é preciso romper com a visão hegemônica que relaciona a questão agrária exclusivamente à luta pela terra e que, ao assim fazer, dá a ela um caráter negativo, arcaico, de atraso. É necessário entender a questão agrária no seio – e fruto – do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, em suas diferentes expressões: expansão dos agrocombustíveis sobre a produção de alimentos; a expansão dos monocultivos de commodities e a concentração de terras; a expansão da presença de capital estrangeiro no campo, em diferentes ramos da produção; as alterações no processo produtivo e a precarização cada vez maior das condições de trabalho no campo; a luta pela terra feita por camponeses sem terra organizados através de movimentos sociais como o MST, em busca da reforma agrária; a luta e resistência por parte dos camponeses quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, faxinalenses e tantos outros que, sob a categoria de “populações tradicionais”, têm conquistado o direito à terra e ao território de vida e trabalho, ao mesmo tempo em que têm tido que continuar a lutar pelo direito de ser, viver e produzir de modo diverso daquele hegemônico¹. Todas essas são expressões da questão agrária na atualidade e, como pode ser visto, a luta pela terra é apenas parte dela.

No seio da difusão de um pensamento único fruto do período neoliberal do capitalismo no qual nos encontramos, a ideia que se busca veicular é a de que o que temos no campo é um único modo de produzir, uma única lógica de organização da produção, um único objetivo para a produção. É assim que todos se tornam “agricultores”, não importando muitas vezes o seu tamanho. Em casos excepcionais, por rigor “científico”, diferenciam-se aqueles “familiares” dos demais. Mas mesmo aqui, a diferença recai sobre a força de trabalho majoritária usada para a prática agrícola, nada além disso. Tamanho da propriedade, acesso a crédito, índice de mecanização, tipo e destino da produção não são observados nessa homogeneização. E isso convém sobretudo quando o Censo Agropecuário do IBGE (2006) evidencia o papel da chamada agricultura familiar brasileira na produção de alimentos para o mercado interno. A leitura feita não é obviamente a de que os “grandes agricultores” são improdutivos. Ao contrário, passa-se a destacar a alta produtividade da agricultura brasileira, inclusive daquela “familiar” e, para soldar essa compreensão, criam-se campanhas publicitárias estreladas por artistas e esportistas reconhecidos nacionalmente, veiculadas em horário nobre².

¹ No caso específico dos camponeses em áreas de Unidades de Conservação – como é o caso de boa parte dos seringueiros em RESEX e/ou dos quilombolas em RDS -, eles têm tido que continuar a lutar pela autonomia de gestão de seus territórios e contra o controle do Estado através das inúmeras regras e proibições existentes nessas áreas.

² É o caso da campanha “Sou Agro – Um Brasil que cresce forte e saudável”, lançada em 2011 e promovida por empresas e entidades que representam o agronegócio, entre as quais a UNICA, a BUNGE, a BRACELPA, com apoio

Na academia, intelectuais se empenham em mostrar o lado “moderno” da agricultura capitalista em sua forma mais avançada – o agronegócio – debruçando-se sobre estudos acerca da competitividade do setor; do papel do agronegócio no mercado internacional – e portanto de sua valiosa contribuição para a elevação do superávit da balança comercial –; da contribuição do setor na redução do desmatamento através de suas “florestas de eucalipto” para a produção de pasta de celulose destinada à fabricação de papel; do empenho do setor na busca de matrizes energéticas renováveis – como é o caso do setor sucroenergético – e, sempre nesse âmbito, de sua valiosa contribuição na busca de soluções para a questão ambiental através da produção e difusão de um combustível que reduz a emissão de gases de efeito estufa, contribuindo assim para a redução dos efeitos do aquecimento global. De acordo com esses intelectuais, neste quadro “moderno e avançado” do campo brasileiro também estão os chamados pequenos agricultores familiares, igualmente modernizados e inseridos no mercado global. Nesses trabalhos, contradição, conflito, violência, são palavras que não compõem o vocabulário usado. O objetivo é o de tratar do avanço do capitalismo no campo como algo inevitável, sem retorno e exclusivamente benéfico. Os camponeses, quando aparecem nesses trabalhos, é para receber sua sentença de morte: sendo eles sujeitos incapazes de se adaptarem à modernidade, *resíduos* de um passado que fatalmente desaparecerá do campo tão logo o capitalismo complete seu processo de avanço, também eles desaparecerão quando esse avanço se completar. Nesta leitura, a questão agrária é, efetivamente, algo do passado. Os estudos são feitos na perspectiva do capitalismo agrário ou, como prefere Fernandes (2010), do paradigma do capitalismo agrário, cujo principal teórico é Ricardo Abramoway.

Há porém o outro lado dessa realidade, sobre a qual esses intelectuais se calam. Se é fato que todos são agricultores, como insistem ambas campanhas publicitárias, também o é que há profundas diferenças entre eles, como já salientamos anteriormente, e colocar lado a lado agricultores familiares e “patronais” – para usar a denominação do IBGE – serve apenas a encobrir o caráter improdutivo e rentista do agronegócio. Se é fato que o agronegócio aumentou sua presença no mercado internacional, também o é, de um lado, que tal aumento não implicou, necessariamente, em sua subida no ranking dos países que mais comercializam alimentos no mundo e, de outro, apostar na reprimarização da economia externa brasileira pode levar o país a uma situação de dependência cada vez maior do mercado externo para a obtenção de produtos industrializados, como ocorreu até bem pouco tempo atrás, em um passado ainda presente em nossa memória e o qual, esse sim, seria bom evitar.

No que se refere à presença camponesa no campo, isso merece atenção especial. Ao destacarem a presença do agronegócio como o lado moderno da agricultura na atualidade, como a prova do desenvolvimento do capitalismo no campo, muitos intelectuais negam a existência de uma questão agrária e, com ela, também a possibilidade de existência e permanência da classe camponesa no seio do capitalismo. Já para aqueles que olham para o campo na perspectiva da questão agrária, entendendo sua existência e buscando desvendá-la, o campesinato é compreendido como uma classe de dentro do capitalismo, cuja criação e recriação é resultado do processo contraditório de desenvolvimento do capitalismo no campo, sujeitos que resistem à imposição da lógica capitalista de produzir e de pensar, que resistem ao seu “decretado desaparecimento” não porque são incapazes de se “adaptar à modernidade”, mas porque não a reconhecem como tal, porque entendem que o futuro do campo e no campo, pode e deve ser outro.

Assim, resistindo ao seu desaparecimento ou lutando por sua recriação, muitos camponeses, filhos, netos de camponeses que um dia foram expulsos da terra pelo avanço da modernidade capitalista no campo, engrossam movimentos sociais de luta pela terra ou passam a lutar por ela de forma autônoma. Muitos camponeses que durante anos viveram de um determinado modo lutam e resistem contra o avanço de uma modernidade que anuncia a destruição de seu modo de vida. Sob a

do Ex-Ministro da Agricultura do Governo Lula e um dos principais representantes do Agronegócio, João Roberto Rodrigues, estrelada por artistas de renome nacional e também o caso da Campanha “Time Agro Brasil”, lançada pela CNA em 2012 e estrelada por Pelé, grande referência do futebol brasileiro.

identidade de *povos* ou *populações tradicionais*, sujeitos ao mesmo tempo diversos e semelhantes entre si lutam pelo direito de existir, de ser e de continuar a viver organizados por uma outra lógica.

Ainda que se fale em um refluxo dos movimentos sociais de luta pela terra, a luta pela terra, ou por permanecer na terra de modo não subordinado, continua presente e atual. Nos assentamentos de reforma agrária, após a conquista da terra, os camponeses sem terra continuam lutando pela sua reprodução de forma não subordinada, buscando produzir em outras bases técnicas, fora dos pacotes químicos; buscando fugir da subordinação e da sujeição da renda da terra proveniente do atravessador e da indústria; buscando garantir acesso a um mercado outro, de base solidária, ou mesmo se inserir nas políticas públicas de compra antecipada; buscando se associar e cooperar no processo produtivo e de comercialização, das mais diferentes formas; continuam, enfim, lutando por garantir sua existência e reprodução alicerçada em outros princípios que não o do mundo da mercadoria. Nas comunidades tradicionais, seja naquelas onde a titulação reconhece a identidade do grupo, seja naquelas em que a permanência na terra passou pela necessidade de aceitação de uma outra forma de regularização do tipo Unidade de Conservação, os camponeses continuam lutando pelo direito de se relacionar com a terra e a natureza nos seus moldes, e não nos moldes impostos pelo Estado – que via de regra passa a proibir uma série de práticas até então comuns e a impor outras absolutamente alheias à lógica de relacionamento desses camponeses com a terra – que têm por fim continuar controlando a fração do território onde eles se encontram instalados e, ao assim fazer, buscar transformá-los em algo diferente do que eles realmente são. Reconhecer pois, a existência do campesinato enquanto classe que luta pelo seu direito de existir, e com ele reconhecer a existência de uma questão agrária, reconhecer as propostas por eles gestadas de resistência e com eles pensar em formas de torná-las realidades, dar voz a esses sujeitos e evidenciar as diferenças existentes entre o que eles são e o que propõe construir e o agronegócio e a lógica capitalista hegemônica é o que nos propomos a fazer a seguir.

2 O CAMPESINATO DO SÉCULO XXI

Antes de tratarmos das práticas camponesas de uma outra forma de organização da produção e comercialização, e com ela dos limites e avanços conquistados, é preciso entender em que bases os camponeses organizam a sua produção, ou seja, qual a lógica e os princípios que os regem. Diferentemente do capitalista, que organiza sua produção com vistas à obtenção do lucro e, se possível, ao auferimento da renda da terra, o camponês organiza sua produção com vistas à satisfação das necessidades de sua família. Ainda que inserido no modo capitalista de produção e comercializando no mercado capitalista, não é a lógica capitalista de organização da produção e comercialização que o rege. Isso significa que em situações em que o capitalista deixaria de produzir porque o lucro não está garantido, o camponês continua produzindo porque espera que a renda que obterá com a comercialização da produção garantirá a satisfação das necessidades de sua família. Podem ocorrer casos em que, por situações alheias à sua vontade, isso não ocorra. Tal fato, porém, o submete a uma crise, mas não necessariamente à falência. Tal diferença decorre do fato de que, primeiro, dificilmente um camponês produz um único tipo de gênero agrícola. Na maioria das vezes eles possuem baixo nível de especialização, o que equivale a uma maior diversificação da produção. Tal característica lhes permite depender menos do mercado para adquirir produtos que consomem e, o que é mais importante, ter uma variedade maior de produtos a ofertar ao mercado, e uma maior diversificação de parte da dieta alimentar diretamente produzida por ele. No limite, a crise poderá implicar na redução dos gastos no ano seguinte até que a situação se normalize, mas dificilmente levará o camponês à falência imediata.

Outra característica importante do campesinato e que está no cerne da organização da produção é o sentido *familiar* da força de trabalho e da propriedade da terra e dos meios de produção (CHAYANOV, 1974; SHANIN, sdp; TAVARES DOS SANTOS, 1978; MARTINS, 1990, 1991;

OLIVEIRA, 1991). De fato, são esses os dois pilares sobre os quais a produção camponesa se alicerça, os garantes dessa lógica diversa de organização da vida e da produção. A força de trabalho familiar é aquela por meio da qual esta forma de organização da produção ganha vida. É a partir da família – de suas necessidades e da disponibilidade de força de trabalho que ela oferece – que o camponês organiza a sua produção, escolhendo os produtos aos quais dedicar-se ao cultivo – aqueles a destinar ao mercado e aqueles a destinar ao consumo da família –, a extensão da área a ser cultivada e a quantidade de membros a ocupar-se dos tratos culturais. Busca-se sempre o equilíbrio entre as necessidades da família e a fadiga do trabalho, e a possibilidade de alcance desse equilíbrio depende do aumento ou diminuição da autoexploração da força de trabalho e da satisfação das necessidades da família (CHAYANOV, 1974).

Todos os membros da família são igualmente importantes para o andamento das atividades, não havendo, no interno do grupo familiar, nem membro nem atividade produtiva mais ou menos importante. Há divisão sexual do trabalho, ainda que ela possa sofrer alterações ao longo do tempo: os homens realizam as atividades que exigem maior força física, sendo também responsáveis com o contato com o mercado, para a comercialização da produção; as mulheres se ocupam sobretudo dos trabalhos de casa, da criação miúda, da horta e do pomar no quintal da casa, do cuidado da família e da garantia de seu bem-estar mas, sempre que necessário, acompanham seus maridos na roça e trabalham com eles. Os filhos são iniciados ao trabalho desde pequenos: os meninos seguem o pai e as meninas a mãe nas atividades produtivas. O que se inicia como uma “brincadeira” vai aos poucos tomando forma, até que eles sejam capazes de assumir a responsabilidade de toda ou parte de uma determinada cultura, criação ou ciclo produtivo. Quando necessário, como já dito, os demais membros da família – esposa e filhos/as – complementam o trabalho dos homens adultos.

As atividades agrícolas e de criação animal se complementam e, nos casos de comunidades camponesas que vivem em proximidades e/ou inseridas em área onde a floresta ainda existe e pode prover, também dedicam-se a atividades de coleta. Em alguns casos ainda produzem seus instrumentos de trabalho ou utensílios vários para uso próprio ou comercialização.

Também a socialização com a comunidade possui papel importante, pois é a partir dela que ocorre a oferta e/ou recebimento de ajuda por meio dos mutirões ou trocas de dias de serviço. A socialização também se dá na congregação na Igreja, nas partidas de futebol ou bocha, nas reuniões e festas da Igreja e/ou da Associação, sendo a vida em comunidade e a troca entre vizinhos, outro pilar importante da vida camponesa. É desse universo diverso e plural que emergem as experiências de cooperação e ajuda mútua as mais diversas entre si e que se opõem à lógica capitalista de organização da produção e comercialização. É delas que trataremos a seguir.

O CAMPESINATO E A COOPERAÇÃO

A cooperação está no seio da lógica camponesa de produção. Organizado a partir do trabalho familiar, sem estabelecer diferenciação entre os tipos de trabalhos realizados pelos diferentes membros da família³, a cooperação é estruturante do trabalho camponês. Para além daquela existente no seio da família, outras formas de cooperação se manifestam com maior ou menor intensidade, dependendo do local onde estão. A mais simples, a *troca de dias de serviço*, na qual um grupo de famílias mais próximas entre si, ligadas por laços de compadrio, de amizade ou proximidade física das propriedades, cujos membros necessitam de complementação da força de trabalho para realizar algumas tarefas na propriedade reúnem-se e trocam dias de trabalho, em sistema de rodízio. As famílias dirigem-se à propriedade do primeiro a chamar e realizam o trabalho

³ Não há distinção sobre o tipo de atividade realizada, ou seja, os membros não têm mais ou menos importância no seio da família por dedicarem-se a uma atividade que gera renda para a família, que é complementar à atividade produtiva comercial ou que se constitua na produção direta de alimentos para o consumo da família.

solicitado. O tempo necessário para o cumprimento da atividade é contabilizado e será restituído em atividades semelhantes ou não, na propriedade dos que o auxiliaram naquele momento, quando necessário. Esse tipo de prática é uma variação do mutirão, mas com uma dimensão menor tanto do ponto de vista do número de participantes envolvidos quanto do ponto de vista do empenho que a família que recebe a ajuda deve dedicar.

O *mutirão*, por sua vez, ocorre quando um grupo maior de camponeses dirige-se à propriedade de um outro para a realização de um trabalho que precisa ser concluído em pouco tempo, em geral preparo da terra, plantio ou colheita. A prática mais comum é quando ele é chamado pela família que necessita do trabalho em suas terras. Nesse caso o convite é aberto e extrapola o círculo mais próximo de convívio da família, podendo ser divulgado na Igreja, nos momentos de recreação, na rádio local ou por meio de cartazes afixados em locais de grande circulação como portas de banco ou de supermercados, postos de gasolina, entre outros. A família responsabiliza-se pelo fornecimento de um café da manhã reforçado antes do início dos trabalhos e pelo almoço que em geral marca o encerramento das atividades. É comum também a realização de um baile com música ao vivo, “comes e bebes”, organizada pela família que chamou o mutirão, com o objetivo de recuperar parte das despesas com a atividade. Outra possibilidade é quando amigos mais próximos sabem das dificuldades pela qual passa a família, tanto no que se refere à necessidade do trabalho quanto ao impedimento de chamar o mutirão por não ter recurso para arcar com as despesas necessárias. Nesse caso organizam um mutirão à surpresa, ocasião em que os participantes levam também os mantimentos para a preparação das refeições para o grupo. Nos dois casos, há um compromisso moral com a retribuição pela ajuda em outro momento, sem que essa retribuição seja previamente fixada. Em São Paulo, Brasil, esse tipo de prática é mais comum nas áreas onde a presença camponesa e também quilombola é maior. Caso típico é o do município de Barra do Turvo-SP⁴. Nas áreas mais próximas a grandes ou médios centros consumidores o mutirão cedeu lugar às trocas de dias de trabalho feitas por pequenos grupos de camponeses.

Nesses dois casos, cooperação se dá apenas no âmbito do trabalho, sem que haja alteração na forma de organização da propriedade da família. A cooperação, movida por laços de solidariedade, se dá no âmbito da comunidade, territorial, religiosa, de parentesco, etc. Há casos, porém, em que os camponeses, além de cooperar nos processos de trabalho, cooperam também na forma de uso das terras, desfrutando, de forma comunitária, de uma parte das terras próximas à comunidade ou ainda da própria comunidade ou das famílias que a compõem, fato que permite a realização ou a ampliação de uma atividade que, de outro modo, não seria possível de ser realizada. Tratam-se das práticas de uso comum da terra que, no Brasil, se manifestam em diferentes formas.

As práticas de **uso comum da terra** são as mais comuns entre o campesinato e destinam-se principalmente para a criação animal. Entre as suas várias manifestações é possível identificar os *fundos* ou *fechos de pasto*, como são denominadas na Bahia, na região Nordeste (SANTOS, 2010), as diferentes formas de apropriação das ilhas que se formam na Amazônia em decorrência dos movimentos de marés dos rios (CRUZ, 2007) ou ainda os faxinais no Paraná (TAVARES, 2008). De acordo com Santos (2010), os *fundos de pasto* são formas de uso comum da caatinga para criação de animais de pequeno porte. Normalmente essa prática é comum em comunidades camponesas que foram estruturadas a partir de posses. As terras foram sendo apropriadas pela família de acordo com a necessidade e a capacidade de trabalho de cada uma. As áreas de caatinga das quais as famílias não se apropriaram passaram a ser utilizadas comunitariamente para criação de animais de pequeno porte, em geral as cabras e bodes que se adaptam bem a esse tipo de ambiente. Não há especificação sobre o número máximo de animais a serem soltos nessas áreas. Em geral a família se autorregula em função da capacidade de complementação da ração animal que possui,

⁴ Neste caso há inclusive nomes diversos para indicarem as diferentes situações e possibilidades de ajuda mútua: o mutirão para as atividades onde participam grandes quantidades de pessoas, chamadas por convite ou anúncio; a pixeca quando ocorre entre camponeses de uma mesma comunidade e a reunida, onde o grupo é ainda mais reduzido, em geral aqueles do círculo mais próximo de amizade, parentesco e vizinhança da família.

vigorando regras definidas pelo direito costumeiro⁵. Já os *fechos de pasto* ocorrem em regiões mais úmidas, onde predomina floresta ombrófila densa ou região de cerrado com presença de água, onde predominam pequenas posses com criação de gado. Santos informa que esse tipo de uso comum da terra ocorre sobretudo nos momentos de estiagem, quando a pastagem presente nas terras cercadas pelas famílias não é suficiente para garantir a alimentação para o rebanho. As áreas de uso comum costumam ser fechadas e localizadas no sopé dos morros e próximas aos recursos hídricos – os refrigérios – sendo capazes de garantir pastagem fresca e abundante para o rebanho que é ali transferido coletivamente (SANTOS, 2010).

Outra prática existente refere-se ao *uso comum das ilhas de deposição fluvial*, formadas a partir do movimento de subida e descida das marés no rio Amazonas, no Amazonas, Brasil. Cruz (2007) nos esclarece que normalmente os camponeses aguardam um ano para verificar se a ilha formada se consolida ou se ela será levada pelo movimento das cheias no ano seguinte. Uma vez consolidada, os camponeses passam a se apropriar de forma comunitária, numa prática costumeira muito semelhante àquela dos fechos de pasto, levando para lá o gado nos momentos de estiagem. Também aqui não há uma divisão sobre a área que deve ser destinada a cada família, tampouco sobre o número de cabeças que cada um pode levar para lá. Isso tudo é baseado no direito costumeiro. As famílias que precisam fazem uso, da forma como necessitam, considerando que todos aqueles que necessitam dessas terras possam usá-la sem prejuízo. Aqueles que não têm gado deslocar para as ilhas não têm nenhum tipo de compensação pelo não uso. Isso ocorre porque as terras assim surgidas são consideradas dádivas da natureza para toda a comunidade⁶ (CRUZ, 2007).

Outra prática de uso comum das terras para criação de animais é a dos *faxinais*, presente sobretudo no Paraná, na região Sul do Brasil⁷. Tavares (2008), ao tratar da história e forma de funcionamento dos faxinais aponta que, muito embora de origens diversas – migrantes ucranianos, caboclos, negros, entre outros – a forma de funcionamento é a mesma. Diversamente dos *fundos* e *fechos de pasto* em que as áreas são já de uso comunitário, no caso das comunidades *faxinais* a propriedade da terra é privada e são as famílias a colocarem parte delas em uso comum. As terras nos faxinais são divididas entre terras de plantar e terra de criar. As terras de plantar são utilizadas pelas famílias, respeitando os limites de cada uma. Já as terras de criar, onde estão também localizadas as casas de morada, são utilizadas de modo comunitário. As famílias colocam para uso comum uma parcela definida de terras onde os animais dos mais diferentes tipos – aves, caprinos, bovinos, suínos – são criados soltos. Não há um limite definido sobre a quantidade de área que cada família irá deixar para uso comum. As proximidades das casas e currais são cercadas, de modo a evitar que os animais entrem nas casas. No final do dia os animais retornam para seus donos para a complementação da alimentação com ração. As terras de plantar são separadas das terras de criar por mata-burros, valas ou cercas para evitar que os animais ultrapassem os limites e se desloquem para as áreas de cultivo, comprometendo as colheitas. É possível que uma família não tenha terras nas terras de plantar mas acaba morando, muitas vezes por concessão, nas terras de criar, podendo inclusive criar pequenos animais (TAVARES, 2008).

Para além das práticas de solidariedade e ajuda mútua manifestadas nas trocas de dias de trabalho e nos mutirões e das práticas de uso comum da terra, duas outras formas merecem ser citadas: a **produção coletiva**, expressas sobretudo nas Cooperativas de Produção Agropecuária do

⁵ Prática semelhante ocorre nas chamadas “terras soltas” na Paraíba, também no Nordeste brasileiro.

⁶ Diferente do que ocorre quando, pelo mesmo movimento, terras são depositadas nos fundos ou na frente da propriedade de uma família. Nesse caso as terras são apropriadas pela família nos limites da propriedade sem que nenhum outro membro da comunidade pleiteie seu uso. Isso porque, concomitantemente à deposição de terras de um lado o rio acaba retirando terras de outro e, sendo assim, essa deposição acaba sendo vista como uma “compensação” pelas terras que são levadas pelo rio.

⁷ Até recentemente esta prática era identificada como exclusiva do estado do Paraná. Alguns estudiosos, porém, estão encontrando formas semelhantes no estado de Santa Catarina e mesmo em São Paulo, sempre nas proximidades do Paraná, o que leva a crer que houve uma difusão dessa forma de uso da terra, ainda que com algumas adaptações. De qualquer forma, esses estudos estão em fase de andamento, não sendo portanto conclusivos.

Movimento Sem Terra (MST), de inspiração socialista, e a **produção comunitária**, das quais o melhor exemplo é o da Comunidade Sinsei.

No que se refere à *produção coletiva*, cujos exemplos no Brasil se concentram nas experiências de Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA) do MST, a família enquanto unidade produtiva deixa de existir para dar lugar ao trabalhador cooperado. Organizadas em assentamentos coletivos, as famílias que optam por aderir à cooperativa colocam seus lotes para uso coletivo da cooperativa. As atividades às quais a cooperativa se dedicará são decididas em assembleias e, a partir dali, são formados os Setores de Produção e as equipes de trabalho de acordo com a quantidade de membros necessários para cada uma delas. É possível trocar de atividade desde que haja um rodízio entre os membros, de modo a que não falte trabalhador em nenhuma atividade.

Em geral as CPAs possuem um ou mais produtos comerciais, cultivados em larga escala, ao mesmo tempo em que se ocupam de outros cultivos, em menor escala, voltados para a comercialização e/ou distribuição entre os seus cooperados. Algumas CPAs possuem um refeitório onde as refeições são preparadas e consumidas coletivamente (é o caso da COPAVI, estudada por Camargo) enquanto em outras as refeições são feitas no seio da família (é o caso da COPAVA, estudada por Thomaz). Para garantir que as mães possam cumprir suas jornadas de trabalho em tempo integral as CPAs possuem também creches (Cirandas) onde as crianças em idade escolar permanecem no contra turno da escola enquanto aquelas que ainda não atingiram a idade escolar permanecem em tempo integral. O modelo produtivo pressupõe o grande uso de maquinários e a conseqüente redução da necessidade de força de trabalho. No caso da COPAVI, a opção foi pelo cultivo agroecológico da cana-de-açúcar para o processamento em agroindústria instalada no assentamento e produção de açúcar mascavo, rapadura, melado e cachaça (a “cachaça camponesa”), cuja produção é entregue prioritariamente ao mercado europeu na linha do comércio justo (CAMARGO, 2010). Além da cana-de-açúcar, cultivam hortaliças, legumes, frutas para comercialização e consumo local⁸. Já a COPAVA optou pelo cultivo da soja em larga escala, contrariando a princípio uma determinação do MST de evitar a produção de commodities. Esta opção a coloca em concorrência com grandes produtores locais e a obriga a utilizar o pacote da Revolução Verde, fato que tem como conseqüência a não ruptura da subordinação da renda da terra ao grande capital. Diante de várias dificuldades que comprometeram por alguns anos a renda obtida com a comercialização, a opção foi a integração a uma indústria processadora de soja instalada na região. Tal fato não elimina a subordinação da renda, ao contrário, reduzindo o montante destinado à remuneração dos trabalhadores⁹ (THOMAZ, 2010).

Independentemente do tipo de produção escolhida, a remuneração é feita de acordo com a quantidade de horas trabalhadas por membro da cooperativa individualmente. Isso coloca alguns limites a serem resolvidos. Há uma limitação entre o número de cooperados por família, o que acaba deixando alguns membros das famílias cooperadas sem trabalho no interior da cooperativa. Há também a diferença de necessidade e intensidade de trabalho entre as diferentes atividades, o que faz com que em algumas atividades seja possível obter uma remuneração melhor do que em outras. Há ainda a diferença de capacidade produtiva entre os membros da cooperativa, o que acaba obrigando alguns a trabalharem além das suas possibilidades para garantir o ritmo de trabalho imposto pelo Setor. Outro limite diz respeito à necessidade de aumentar as jornadas de trabalho, trabalhando em mais de um Setor, o que acaba submetendo o trabalhador a jornadas exaustivas para garantir uma remuneração maior. Mas a questão central, aquela que acaba afastando uma parte significativa dos camponeses desse modelo produtivo é a destruição da família como unidade produtiva central. Em outras palavras, a CPA exige a transformação do camponês em trabalhador rural, submetendo-o a um ritmo e forma de trabalho que ele buscou negar quando entrou na luta

⁸ A cooperativa pratica preços diferenciados entre os produtos exportados e o que é comercializado no mercado local.

⁹ A remuneração dos trabalhadores só é calculada depois que os custos de produção são abatidos. Já houve casos em que a renda obtida com a comercialização permitiu apenas o pagamento dos custos de produção, ficando os trabalhadores sem remuneração.

pela terra para conquistar o “seu” pedaço de chão. Ainda que não haja exploração de mais-valia – uma vez que o trabalhador é remunerado pelo total efetivo de horas trabalhadas – o ritmo de trabalho supera, em alguns casos, as jornadas de trabalho das unidades capitalistas de produção devido à formação reduzida das equipes de trabalho. Além disso, a necessidade de controle das horas trabalhadas, a fiscalização do trabalho pelo responsável pelo Setor, o controle das discussões nas assembleias por parte de um grupo de cooperados e, em alguns casos, a composição de Setores com uma posição hierárquica “invertida”, ou seja, filhos que ocupam posições superiores a seus pais, ou mesmo membros da mesma família que, em assembleia, assumem posições opostas, acaba dando a impressão a alguns camponeses de que continuam subordinados, trabalhando para os “outros” e não para si próprios. Isso tudo, somado à impossibilidade de determinação da família sobre o processo produtivo e, em alguns casos, à impossibilidade de incorporação de todos os membros da família em idade ativa como membros da Cooperativa acaba afastando parte dos camponeses das CPAs e comprometendo o sucesso da mesma ou a difusão desse modelo entre os assentamentos de reforma agrária.

Por fim, a **produção comunitária**, que se diferencia radicalmente da produção coletiva pois aqui a remuneração do trabalho se dá de acordo com as necessidades de cada um. Embora também aqui a família deixe de assumir a centralidade do processo produtivo, hajam setores de produção e equipes de trabalho, a forma diferenciada de remuneração dá a esse tipo de produção características bastante distintas da produção coletiva, colocando-a igualmente diante de problemas e limites, mas de bem outra natureza.

Para que seja possível entender do que se trata, trazemos aqui como referência o caso da Comunidade Sinsei, localizada no município de Guaraçaí, noroeste do estado de São Paulo, Brasil, experiência por mim estudada durante a realização de meu mestrado. A comunidade Sinsei surgiu em 1956, fruto da cisão de uma outra comunidade – a comunidade Yuba, criada em 1935 – e da decisão de metade dos integrantes da antiga comunidade de continuar a viver em comunidade mas de uma forma efetivamente comunitária.

Durante a existência da Comunidade Yuba – até 1956 localizada em Guaraçaí-SP e, com a desintegração, reorganizada no município vizinho de Mirandópolis-SP – cerca de 300 integrantes viviam em comunidade sob a liderança de Issamu Yuba, seu líder e organizador. Os trabalhos eram realizados comunitariamente, as refeições, preparadas por uma equipe de cozinheiras que se revezavam, também eram consumidas comunitariamente. Na época de Issamu Yuba a comunidade dedicava-se à avicultura poedeira, tendo a Comunidade se transformado, durante a década de 1950, na maior granja de avicultura poedeira da América Latina. A comercialização da produção era feita comunitariamente e o dinheiro era todo destinado a um caixa comum, controlado por Issamu Yuba. As necessidades coletivas eram satisfeitas coletivamente mas para aquelas individuais era necessário solicitar a Yuba autorização de gasto, e era ele quem decidia sob a pertinência ou não da mesma.

Yuba possuía um grande senso de pioneirismo mas nenhum senso de finanças e, por várias vezes levou a comunidade à falência. A cada dificuldade, recorria a um novo empréstimo para cobrir aquele anterior, dando origem a uma dívida impagável. Em 1956 vem a crise final, após um período de intervenção mal sucedida do Banco América do Sul, o principal credor de Yuba. Uma vez decretada a falência da comunidade, seus integrantes foram expulsos das terras e acolhidos na Fazenda 320, localizada em Guaraçaí-SP, de propriedade de José Marques, na época Prefeito do município e também ele um dos credores de Issamu Yuba. Uma condição, porém, havia sido imposta: a de que Yuba não fosse mais o líder da comunidade. Na ocasião Yuba estava em São Paulo, tentando conseguir, sem sucesso, um novo empréstimo para sair da crise em que se encontrava. Ao retornar da tentativa mal sucedida deparou-se com o fato consumado. Após alguns dias tentando encontrar uma solução para a situação instaurada chamou uma reunião, convocando todos a seguirem-no para uma outra fazenda onde a comunidade iria se reerguer. Foi neste momento em que se deu a cisão da comunidade: apenas metade dos integrantes decidiu acompanhar

o líder. O restante permaneceu na fazenda onde haviam sido acolhidos, para começar uma *vida nova*.

Sinsei significa *vida nova* e a nova comunidade que então surgiu organizou-se em bases mais democráticas, bem diversas daquelas em que estava alicerçada a Comunidade Yuba. Após a saída da membros que decidiram por seguir Yuba da fazenda, aqueles que permaneceram reuniram-se para decidir os caminhos a trilhar. A primeira decisão foi a manutenção da vida em comunidade. Muitos desses camponeses antes de ingressar na Comunidade Yuba haviam passado por experiências de produção camponesa “tradicional”: ainda que organizados nas Colônias, a organização da vida e da produção se dava no âmbito da família e a experiência de vida em comunidade, mesmo com todas as dificuldades enfrentadas, havia se mostrado muito melhor para todos. Assim, a saída da Comunidade Yuba não significou sua rejeição, mas sua superação: sua negação e sua reconstrução em outras bases.

Decidida a manutenção da vida em comunidade, era necessário pensar em uma forma de conduzi-la, e aqui a primeira negação: no lugar do líder, de alguém que concentrasse o poder e as decisões, a nova comunidade optou pela **autogestão**, pela pulverização/dispersão do poder. Decidiram que ela seria conduzida por todos, através das decisões tomadas coletivamente nas **assembleias gerais**, realizadas ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário. Nestas assembleias todos teriam direito a voz e voto, independente do sexo, idade ou função desempenhada no interior da comunidade. Para os assuntos mais corriqueiros, bastava a maioria para que a decisão fosse tomada. Para aqueles mais importantes, de base, que alterariam os destinos/forma de funcionamento da comunidade, era necessária a unanimidade e, quando ela não era atingida, o assunto era reenviado para nova assembleia, sendo o intervalo entre uma e outra utilizado para discussão em grupos menores, formal ou informalmente, de modo a buscar construir o consenso. Se após várias reuniões a unanimidade não fosse alcançada, a mudança não seria adotada. Isso significou muitas vezes que mesmo com maioria absoluta, algumas mudanças não foram implantadas.

A decisão sobre as atividades às quais a nova Comunidade passaria a se dedicar levou em consideração uma maior integração entre as mesmas e uma maior otimização dos trabalhos e do tempo de dedicação aos mesmos. Em outras palavras, para a escolha das atividades, seguindo o conselho do Prof. Fujisaki, um agrônomo japonês amigo da comunidade que visitava a comunidade no momento de sua constituição, buscou-se, o quanto possível, uma complementariedade entre as diferentes atividades, de forma que o refúgio de uma pudesse ser utilizado por outra. Considerou-se ainda o calendário agrícola, de forma a buscar evitar, sempre que possível, a superposição de períodos de intenso trabalho bem como a existência de longos períodos de “ociosidade” para alguns membros, buscando assim uma melhor distribuição do trabalho no decorrer do ano. Enfim, decidiu-se também por diversificar o máximo possível a produção para depender o mínimo possível das oscilações do mercado, tanto para a aquisição dos gêneros necessários para o consumo da Comunidade quanto para a comercialização da produção. Muito mais do que com a renda que poderiam obter com a comercialização, preocuparam-se com a satisfação das necessidades da Comunidade o máximo possível a partir do trabalho direto na terra. Assim, optaram por dedicar-se à avicultura poedeira – em função da experiência já adquirida durante os tempos da comunidade Yuba – e por usar o esterco produzido pelas galinhas como adubo nas hortas; optaram também por dedicar-se à fruticultura, horticultura, produção de cereais, sericultura, pecuária leiteira, suinocultura, etc, sendo algumas dessas atividades destinadas à comercialização da produção com consumo do excedente e outras destinadas ao consumo da produção com eventual comercialização do excedente.

Os integrantes decidiram livremente a qual atividade dedicar-se, ainda que, implicitamente, existisse uma divisão sexual do trabalho: os homens dedicavam-se às atividades mais pesadas, como o cultivo nas roças, e as mulheres à avicultura poedeira, cozinha, limpeza e atividades de

preparo dos produtos para comercialização¹⁰. As refeições eram preparadas por uma equipe de mulheres e consumidas comunitariamente. As atividades possuíam todas um responsável, que não era o chefe, mas aquele com maior conhecimento sobre a mesma, responsável pelas decisões práticas sobre a condução da atividade. Ainda que todos conduzissem suas atividades de forma bastante livre, ele era aquele a quem recorrer em caso de dúvida/necessidade.

Para a comercialização, realizada comunitariamente, também optou-se pela maior diversificação das vias escolhidas. Três foram as formas adotadas: (1) venda direta ao consumidor na própria sede, em uma feira realizada em Guaraçai-SP duas vezes por semana e em uma quitanda e mercearia em Ilha Solteira-SP, distante cerca de 100km de Guaraçai-SP; (2) venda no atacado para o CEAGESP, servindo-se de terceiros para o transporte das mercadorias e, ainda, (3) entrega dos casulos de bicho da seda para a BRATAC e do leite para a cooperativa instalada na cidade nos anos 1990.

Com relação às finanças, decidiu-se ainda por manter o **caixa comum**. Assim, todo o dinheiro obtido com a comercialização da produção era destinado a esse caixa, ao qual todos tinham livre acesso. Foi, porém, designado um tesoureiro para controlá-lo, com o dever de controlar os gastos de modo a evitar que faltasse dinheiro para satisfazer as necessidades básicas e coletivas da comunidade, ou ainda honrar os compromissos por ela assumidos. Não havia atribuição de salário. Cada integrante recebia uma quantia que, no início dos anos 1990, equivalia a R\$ 5,00, para poder dirigir-se à cidade e tomar um guaraná ou um sorvete sem que fosse necessário pedir a tesoureiro todas as vezes que isso ocorresse¹¹. Para as necessidades coletivas a comunidade possuía um almoxarifado ao qual cada membro tinha livre acesso, devendo comunicar ou anotar a retirada realizada para que o tesoureiro controlasse o estoque e evitasse que faltasse qualquer produto para os demais membros da Comunidade. Para as necessidades individuais bastava dirigir-se ao tesoureiro e consultar a possibilidade de realização do gasto. Havendo saldo em caixa, era possível dirigir-se a uma das lojas existentes em Guaraçai-SP para realizar a compra, devendo o membro entregar a nota ao tesoureiro que, semanalmente, passava pelos estabelecimentos comerciais credores, saldando as dívidas. Caso o produto desejado não fosse encontrado no comércio de Guaraçai era possível retirar uma quantia estimada e realizar a aquisição em outro local, sendo necessário entregar a nota e a eventual sobra para a prestação de contas da Comunidade. Mensalmente o Tesoureiro fechava um balancete com todas as entradas e saídas realizadas pela Comunidade, o qual circulava entre todos os integrantes para conhecimento da vida financeira da comunidade. Isso tinha por objetivo garantir a transparência na gestão dos gastos, permitindo a compreensão de eventuais negativas às solicitações de gastos realizadas por alguns membros.

A vida espiritual foi garantida através da **religião** e dos cultos realizados com periodicidade quinzenal¹².

Ainda que a forma de funcionamento e condução das atividades e da vida na Comunidade Sinsei fosse bastante diversa daquela que ocorre no seio das CPAs do MST, alguns problemas também se apresentaram e comprometeram seu andamento. De um lado os limites impostos pela necessidade de unanimidade para decisões mais importantes acabou reduzindo o interesse na participação das assembleias por parte de alguns membros, fato que acabou gerando seu esvaziamento, o que, por sua vez, impediu definitivamente a tomada de decisões que poderiam trazer mudanças mais substanciais à organização da vida na Comunidade. De outro, a igualdade no direito de voz e voto, por mais democrática que fosse, acabou dando aos mais velhos o controle das decisões a serem tomadas. Todas as vezes que os mais novos propunham algo que pudesse provocar, mesmo que de modo reduzido, uma mudança no equilíbrio e estabilidade conquistado pela comunidade, os mais velhos não hesitavam em negar. Assim, muitas vezes também sem entender os motivos das constantes negativas, muitos jovens acabaram saindo da comunidade, o que, a longo prazo,

¹⁰ Ainda que isso não significasse pouco trabalho a ser realizado, tampouco um trabalho menos cansativo.

¹¹ Bom esclarecer que tais saídas não eram frequentes, mesmo entre os jovens.

¹² Os cultos eram realizados toda primeira quinta-feira e todo terceiro domingo de cada mês. O culto das quintas-feiras era realizado pelo reverendo da comunidade e aquele dos domingos por um reverendo vindo de Pereira Barreto-SP.

comprometeu a possibilidade de realização de algumas das atividades ou exigiu de alguns membros uma sobrecarga de trabalho para garantir que ela pudesse ser realizada. Esse ponto também merece ser destacado: a não transmissão da história da Comunidade de uma geração para outra se fez sentir na saída dos jovens. Ainda que isso não seja uma exclusividade da Comunidade Sinsei – isso está presente nos assentamentos, em muitas comunidades tradicionais e não raro no seio de boa parte das famílias brasileiras, onde as gerações mais novas desconhecem o passado das gerações mais velhas – na Comunidade as consequências comprometeram o andamento de muitas atividades e o futuro da Comunidade de uma forma geral. Ainda que nesse tipo de experiência também ocorra a destituição da família como unidade produtiva central, uma vez que não raro ela se encontrasse distribuída pelas mais diferentes atividades, isso não se fazia sentir como algo negativo, tal como ocorre nas experiências das CPAs do MST, o que nos leva a crer que, dependendo da forma como essa destituição se dá, ela pode não necessariamente ser um problema para o campesinato. Aqui, a questão central e talvez a maior dificuldade a ser superada para o sucesso da experiência diz respeito à relação entre necessidades individuais e necessidades coletivas que, em alguns casos, acaba aparecendo como conflito entre elas. Renunciar a uma necessidade individual em detrimento de necessidades coletivas exige de quem o faz a compreensão de que o indivíduo é coletivo e vice-versa, o que nem sempre é fácil, sobretudo quando a história da Comunidade não é de apropriação coletiva. Por meios e caminhos diversos, também aqui o coletivo assume ares tirânicos, funcionando como um “chefe que reprime e castiga”, parecendo ser o outro e não ele próprio. Enquanto esse tipo de questão não for superada, o sucesso de experiências dessa natureza está sempre por um fio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por mais diversas que possam parecer entre si, as diferentes experiências aqui tratadas trazem em seu interior a busca da superação da subordinação da renda da terra ao capital, a busca da superação dos limites que o avanço do capitalismo no campo vai impondo aos camponeses e aos seus modos de ser e estar no mundo. Quer em experiências com menor socialização do trabalho e da vida, quer em experiências onde essa socialização atinge o seu ápice, os camponeses estão buscando construir, de modos diversos, uma alternativa cada vez mais concreta ao que se busca apresentar à sociedade como a única alternativa possível. Teimam em se recusar a aceitar a mercantilização da vida em seu sentido mais pleno, em aceitar a lógica do lucro a qualquer preço, apontando-nos caminhos onde a solidariedade, a ajuda mútua, as práticas de cooperação nas mais diferentes formas, ainda que com limites a serem superados, assumem papel central. Se queremos um futuro diverso do que se apresenta no horizonte, é preciso valorizar as práticas de autonomia, autodeterminação e autogestão camponesas, onde a solidariedade – expressa nas práticas de cooperação e ajuda mútua – ocupe lugar central. Essa é a única opção possível, se queremos colocar nosso conhecimento a serviço desses sujeitos, se nos propomos a construir um conhecimento efetivamente transformador. Se queremos dar sentido ao conhecimento produzido na academia, é preciso colocá-lo a serviço da construção de um futuro com os camponeses, e para além do capitalismo.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOWAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. 2ª. ed. São Paulo, Hucitec/Campinas, EdUnicamp, 275p., 1988.

CAMARGO, P., *Organização produtiva e socioterritorial da agroecologia – o MST e sua Cooperativa Agropecuária Vitória, Paranacity-PR*. Monografia (Graduação). Departamento de

- Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 211p, 2010.
- CRUZ, M. J. M. da, *Territorialização camponesa na várzea da Amazônia*. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 261p, 2007.
- FERNANDES, B. M. Questão Agrária, conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: Sposito, E. S.; SANT'ANNA NETO, J. L. (Org). *Uma Geografia em movimento*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010, v. 1, p. 505-560
- OLIVEIRA, A. U. de. Agricultura brasileira, transformações recentes. In: ROSS, J. L. S. (org) *Geografia do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1995. p. 465-534
- _____. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. *Revista Terra Livre*. São Paulo: AGB. Ano 19, v. 21, n. 21, p. 113-156. Jul/dez 2003
- _____. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. (org) *Novos caminhos da Geografia*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 63-110.
- CHAYANOV, A. V., *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires, Nueva Visión, 342p, 1974.
- MARCOS, V. de, *Comunidade Sinsei: (u)topia e territorialidade*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 400p, 1996.
- _____. *Alternative per la produzione agricola contadina nell'ottica dello sviluppo locale autosostenibile*. Tese (Dottorato di Ricerca in Geografia e Pianificazione del Paesaggio per la valorizzazione del patrimonio storico-ambientale). Dipartimento POLIS, Facoltà di Architettura dell'Università degli Studi di Genova, Genova, Itália, 626p, 2004.
- _____. A construção do território camponês entre velhas e novas utopias. In: *Anais do X Encontro Nacional de Geógrafos*, São Paulo, USP, p. 8523-8542, 2005.
- _____. Solidariedade que tece redes: as estratégias de reprodução e recriação camponesa nos assentamentos do alto sertão paraibano. In: *Anais do XIV Encontro Nacional de Geógrafos*, Rio Branco, AGB, p. 1-12, 2006.
- MARTINS, J. de S., *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis-RJ, Vozes, 185p, 1990.
- _____. *Expropriação e violência*. 3ª. ed. São Paulo, Hucitec, 182p, 1991.
- OLIVEIRA, A. U. de, *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo, Contexto, 164 p, 1991.
- PORTO-GONÇALVES, C. W., A fome e o meio ambiente, en: _____. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p. 205-284, 2006.
- SANTOS, C. J. S. e, *Fundo de pasto: tessitura da resistência, rupturas e permanências no tempo-espaço desse modo de vida camponês*. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 290p, 2010.
- SHANIN, T., *Naturaleza y lógica de la economía campesina*. slp, Anagrama, 83p, sdp.
- TAVARES, L. A, *Campesinato e os faxinais do Paraná: as terras de uso comum*. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 756p, 2008.
- TAVARES dos SANTOS, J. V., *Colonos do vinho*. São Paulo, Hucitec, 1978.
- THOMAZ, F, *O modelo socialista de cooperativa de produção agropecuária (CPA): contradições e avanços, estudo de caso da Copava*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 205p, 2010.